



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL – CPAN
CURSO DE PSICOLOGIA**

MELINA BACHEGA MELLO CHAVES

**DO FEMININO SAGRADO AO CORPO SUBJUGADO: UMA LEITURA HISTÓRICA
DOS PRIMÓRDIOS DO PATRIARCADO**

Trabalho de Conclusão, na modalidade artigo científico, apresentado ao Curso de Psicologia do Campus do Pantanal, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharelada em Psicologia, sob orientação do Profa. Dra. Carolini Cássia Cunha Bezerra.

Corumbá, MS
2025

Este trabalho é por todas as mulheres que vieram antes de mim, por toda a ancestralidade feminina subjugada, as que tiveram seus direitos negados, suas histórias apagadas, as que conhecem, no corpo, o que é ser mulher sob o jugo patriarcal, é também por aquelas que tiveram suas vidas ceifadas por mãos masculinas. É por aquelas que não puderam estar aqui. E às mulheres da minha vida, minha mãe Francielli, minha avó Suely, e minha tia Noemi. Dedico também ao meu gatinho Miojo que faleceu em meio a execução deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Carolini, por compreender algumas angústias que tive durante a graduação. Obrigada por ter me ajudado a colocá-las em palavras.

A minha supervisora de estágio Sara que me recebeu com tanto carinho nesse último ano acadêmico.

A minha família, meus pais Francielli e Ailton, meus avós Suely e Moacir, por me apoiarem sempre, e aceitarem quem me tornei no final dessa jornada.

Ao meu amor Edu, você tem sido o amor mais sereno e amigo.

A Karen e a Lorena, por toda a cumplicidade, lealdade e amizade nesse percurso, guardo vocês nas minhas lembranças e em meu coração.

**DO FEMININO SAGRADO AO CORPO SUBJUGADO: UMA LEITURA HISTÓRICA
DOS PRIMORDIOS DO PATRIARCADO**

***FROM THE SACRED FEMININE TO THE SUBJUGATED BODY: HISTORICAL
READING OF THE BEGINNINGS OF PATRIARCHY***

Melina Bachega Mello Chaves

RESUMO

O estudo teve como objetivo investigar as origens históricas do patriarcado e suas implicações simbólicas e sociais, analisando a transição das antigas sociedades matrilineares para as patriarcais. Buscou compreender de que modo as estruturas de dominação se consolidaram culturalmente, moldando desigualdades de gênero e modos de subjetivação. A pesquisa adotou uma abordagem histórica e o percurso metodológico envolveu levantamento bibliográfico, leitura crítica, e análise interpretativa. Os resultados demonstraram que o patriarcado constitui um sistema de poder historicamente construído e sustentado por discursos políticos, religiosos e científicos. Constatou-se que as desigualdades de gênero atravessam também o campo subjetivo, influenciando afetos, comportamentos e sofrimento psíquico. A análise histórica mostrou-se relevante à Psicologia por permitir desnaturalizar crenças sobre masculinidade e feminilidade, assim como favorecer práticas emancipatórias.

Palavras-chave: Patriarcado; Gênero; História das Mulheres; Psicologia; Subjetividade.

ABSTRACT

This study investigates the historical origins of patriarchy and its symbolic, social, implications, analyzing the transition from ancient matrilineal societies to patriarchal ones. It aims to understand how structures of domination became culturally consolidated, shaping gender inequalities and modes of subjectivation. The research follows a historical, and the methodological path included bibliographic review, critical reading, thematic and interpretative analysis. The results indicate that patriarchy is a historically constructed power system sustained by political, religious, and scientific discourses. It is observed that gender inequalities also permeate the subjective sphere, influencing affections, behaviors, and psychological suffering. Historical analysis thus proves essential to Psychology, as it enables the deconstruction of fixed beliefs about masculinity and femininity and promotes emancipatory practices.

Keywords: *Patriarchy; Gender; Women's History; Psychology; Subjectivity.*

INTRODUÇÃO

O patriarcado é um sistema ainda vigente na atualidade, seu significado advém do grego *πατριάρχης* (*patriarkhē*), possui o significado Pai, autoridade, sendo um regime de controle sobre uma coletividade (França, 2024). Esse sistema tece um conjunto de ações destinadas à valorização do masculino, e o favorecimento do mesmo em detrimento das mulheres, não afeta e destitui apenas elas, mas se estende também aos animais e a natureza, pois se baseia em um sistema de poder e exploração do Outro considerado inferior. Essa dominância manifestou-se e ainda se manifesta na contemporaneidade e na esfera das mídias sociais (Lerner, 2019; Myara, 2024; Guimarães, 2025).

Além disso, torna-se imprescindível considerar que o patriarcado não age isoladamente, pois suas dinâmicas se entrelaçam com outros eixos de opressão como raça e classe. Saffioti (2015) demonstra que gênero, racismo e exploração econômica formam um “nó” estrutural que organiza quem tem acesso a direitos, reconhecimento e proteção, ampliando desigualdades e intensificando riscos de violência. Hooks (2021) reforça que as experiências das mulheres não são homogêneas, já que marcadores como cor, origem social e posição econômica redefinem tanto o modo como o patriarcado incide sobre cada corpo quanto às possibilidades de resistência. Assim, a interseccionalidade torna-se fundamental para compreender como o sistema patriarcal opera de forma diferenciada, produzindo vulnerabilidades específicas e hierarquias internas entre as próprias mulheres.

A origem do patriarcado começa a tomar forma a partir de mudanças na organização social que ocorreram quando os grupos nômades coletores passaram a formar sociedades. Esse processo alterou o modo de trabalho e produziu impacto direto nas dinâmicas de gênero, já que o corpo feminino, por gestar e amamentar, enfrentava limitações físicas específicas que não recaíam sobre os homens (França, 2024). Enquanto isso, os homens, impossibilitados de realizar tais funções, passaram a assumir tarefas externas como caça, proteção e mobilidade constante. As primeiras divisões de trabalho surgiram pelas necessidades biológicas e materiais daquele período, dentro de condições ambientais que exigiam essa separação funcional. (Lerner, 2019)

Com o passar dos séculos, essas funções deixaram de ser apenas práticas para se tornarem normas sociais transmitidas culturalmente. O que começou como organização funcional diante das necessidades do grupo transformou-se em estrutura simbólica que destinou às mulheres o cuidado, o espaço doméstico e a subordinação. Esse padrão, consolidado ao longo de séculos, ainda molda relações de poder e desigualdades

contemporâneas, mostrando como uma divisão funcional inicial se converteu em hierarquia social persistente (Lerner, 2019).

Esse sistema de dominação não é atemporal, e tampouco provém da vontade divina, mas é fruto de uma construção social histórica que conta com idade entre 250 mil e 300 mil anos (Saffioti, 2015). Nas primeiras sociedades complexas da Mesopotâmia no período Neolítico, entre 3.100 e 600 a.C., tal poder patriarcal, isto é, de homens e maridos, tornou-se institucionalizado, impondo controle e submissão (Lerner, 2019).

O objetivo do presente trabalho é analisar as origens e o processo de consolidação do patriarcado, com a transição das sociedades matriarcais para as patriarcais. O interesse é compreender implicações simbólicas e subjetivas.

Assim, este trabalho organiza-se de maneira a acompanhar o percurso histórico e simbólico da formação do patriarcado. Após a introdução, apresenta-se a justificativa, na qual se expõe a relevância do tema para a Psicologia e para a compreensão das desigualdades de gênero. Em seguida, a seção de metodologia descreve o caminho teórico e analítico adotado na pesquisa. O primeiro eixo de discussão, “Gênero em perspectiva histórica: dispositivos que moldam as relações” examina como discursos míticos, e culturais produziram e sustentaram o patriarcado, demonstrando como gênero se tornou um dispositivo simbólico de controle. O capítulo seguinte, “A mulher na história e na psicologia”, analisa como a tradição histórica e o desenvolvimento da Psicologia contribuíram para a invisibilização e para a produção de narrativas sobre o feminino. Na sequência, o tópico “Sociedades matriarcais e desenvolvimento do patriarcado” retoma evidências arqueológicas e simbólicas sobre formas de organização anteriores à dominação masculina, destacando o processo de transição para o patriarcado. O capítulo “Consolidação do patriarcado” aprofunda como essas estruturas se institucionalizaram em normas sociais, jurídicas e religiosas. Por fim, nas considerações finais, retomam-se as análises desenvolvidas ao longo do trabalho, articulando passado e presente para compreender as permanências e transformações da dominação patriarcal.

JUSTIFICATIVA

Compreender as origens do patriarcado é fundamental para a Psicologia, pois permite analisar como estruturas históricas e simbólicas moldaram a constituição do sujeito e os modos de sentir, pensar e agir. A formação do “ser homem” e do “ser mulher” não é natural, mas resultado de longos processos sociais e discursivos que definiram papéis, afetos e hierarquias. Ao retomar esse percurso histórico, a Psicologia amplia sua leitura sobre a produção dos sintomas e da violência contra mulher, revelando como a desigualdade de gênero atravessa o campo subjetivo e se atualiza na contemporaneidade.

Na própria história da psicologia, é possível observar a cristalização de conceitos que buscavam explicar a constituição do sujeito. Um deles é o essencialismo, entendido como a ideia de que características humanas seriam naturais, fixas e universais, não podendo ser alteradas nem compreendidas a partir do contexto social. Nesse enquadramento, aspectos como comportamento, capacidades cognitivas, papéis sociais e diferenças entre homens e mulheres eram atribuídos à “natureza humana”, como se derivassem de uma ordem imutável comum a todo coletivo (Portugal; Facchinetti; Castro, 2018).

No momento atual, observa-se uma forte divergência entre diferentes forças sociais e políticas. Por um lado, há o avanço de movimentos feministas que lutam pela igualdade de gênero, e a discriminação. Por outro lado, como demonstrado nos estudos de Guimarães (2025) há a perpetuação e reatualização de discursos conservadores, travestidos de empoderamento, retomam um modelo de “feminilidade” ou “energia feminina”, pautada em atividades voltadas ao lar, ao marido e a docilidade, assim como modelos de “masculinidade” pautados na dominação. Esses discursos conservadores, apoiados por determinados setores políticos e religiosos, encontram nas mídias sociais um meio privilegiado de circulação. A lógica algorítmica dessas plataformas, baseada na repetição e na formação de bolhas informacionais, facilita a reprodução e o fortalecimento de estereótipos de gênero (Silva; Rocha; Baluz, 2025).

Essa dinâmica demonstra que o patriarcado se reinventa sob novas roupagens, sustentado por representações discursivas essencialistas. Naturalizados, esses discursos seguem operando culturalmente, sendo incorporados inclusive pelas próprias mulheres, o que reforça a estrutura simbólica da dominação (Bourdieu, 1999).

Embora hoje o patriarca não possua legalmente o poder de vida e morte sobre mulheres e filhos, homens permanecem matando suas parceiras (Saffioti, 2015). No Brasil, no primeiro semestre de 2025, houve o registro de 718 casos registrados de feminicídio, assim como 33.999 estupros. Também aumentou em 2,9% o número de denúncias no Ligue 180, comparado com o mesmo período do ano anterior, o que totaliza 86.025 (Brasil, 2025a; Brasil, 2025b). Estes dados exorbitantes denunciam a realidade patriarcal que continua a estruturar o seio das relações entre homem e mulher. O feminicídio é a expressão mais brutal do homem afirmar o controle sobre a vida da mulher. Ademais, é digno de nota que, um marido que bate em sua mulher, é fenômeno frequentemente relevado socialmente (Saffioti, 2015).

Sendo assim, ainda que já não existam leis que autorizem o controle dos homens sobre a vida das mulheres, como ocorreu historicamente em diferentes ordenamentos jurídicos, resquícios desse modelo ainda estruturam o campo social e simbólico. No Brasil, o Código Civil de 1916 atribuía ao marido o estatuto de “chefe da sociedade conjugal”, concedendo-lhe autoridade sobre a esposa e os filhos, além de prever o chamado “direito de correção” no âmbito doméstico, dispositivo que só deixou de ter validade com a reforma do Código Civil de 2002 (Brasil, 2002).

Outro exemplo é a tese da legítima defesa da honra, utilizada ao longo do século XX para absolver homens que assassinavam suas parceiras. Tal argumento jurídico somente foi definitivamente declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 2021 (Brasil, 2021). Esses dispositivos, ainda que hoje abolidos, demonstram como a lei legitimou, por muito tempo, o poder masculino sobre as mulheres. Mesmo após sua revogação, o imaginário estruturado por séculos de dominação continua operando culturalmente, sustentando violências que se atualizam na sociedade contemporânea.

A violência doméstica parte diretamente da lógica patriarcal de dominação e não pode ser tratada como um evento isolado. Para Saffioti (2015), o espaço doméstico continua sendo um território marcado por hierarquia, controle e mecanismos de submissão, estruturados historicamente para manter as mulheres em posição de vulnerabilidade.

Saffioti (2015) acrescenta que a violência funciona como um mecanismo de disciplina que reafirma a posição de submissão das mulheres. Além disso, a permanência em relações violentas está associada a fatores econômicos e afetivos, ambos construídos historicamente em uma cultura que condiciona as mulheres à dependência e à tolerância de agressões. Em decorrência dessa construção, também são produzidos discursos que normatizam o sofrimento, atribuindo culpa a vítima, e justificando os atos do agressor.

Autores como Julia Myara (2024), Helelith Saffioti (2015), Simone de Beauvoir (1970) e Gerda Lerner (2016) compartilham o esforço de revisitar a história para compreender a origem da subordinação feminina. Embora todas reconheçam o patriarcado como um sistema construído socialmente, há divergências quanto ao seu início. Beauvoir (1970) sustenta que nunca existiu um período histórico em que a mulher não estivesse em condição de subordinação ao homem, interpretando essa desigualdade como uma constante civilizatória. Em contrapartida, Lerner (2016), Saffioti (2015) e Myara (2024) apontam evidências de sociedades anteriores ao patriarcado, nas quais o feminino ocupava posição central e sagrada na organização simbólica e social. Essa divergência revela diferentes leituras

sobre o processo de constituição das relações de gênero, reforçando a importância de uma análise histórica crítica que permita compreender como e quando o domínio masculino se consolidou.

Diante disso, a análise histórica torna-se indispensável à Psicologia, uma vez que o saber "psi" é por essência produto de seu tempo e das condições sociais que o moldaram. Compreender a história das ideias e das práticas permite evidenciar como certos discursos foram legitimados e outros silenciados, revelando a influencia das estruturas de poder na construção do conhecimento. Contudo, a presente investigação possui suas limitações, pois ainda que o estudo da origem do patriarcado possibilite a compreensão dos fundamentos históricos, simbólicos e materiais que estruturam desigualdades de gênero, esta abordagem não esgota a complexidade do fenômeno na sua configuração atual. As formas contemporâneas da dominação patriarcal são atravessadas por processos sociais, econômicos, políticos e tecnológicos, que não podem ser amplamente explicados apenas pelo retorno às sociedades antigas. Portanto essa pesquisa não pretende ofertar uma explicação holística do patriarcado, mas evidenciar outras formas de organizações, assim como as raízes e lógicas fundantes do patriarcado, levando em consideração que sua continuidade envolve dinâmicas múltiplas que extrapolam o escopo deste trabalho.

Logo o estudo busca responder ao seguinte problema: de que forma o resgate histórico das origens do patriarcado permite à Psicologia compreender a formação das desigualdades de gênero e os modos de subjetivação sustentados por esse sistema? Revisitar o passado, portanto, não é apenas um exercício teórico, mas um caminho para desnaturalizar crenças fixas e propor novas leituras sobre vínculos, afetos e experiências humanas (Teixeira, 2018).

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem histórica, cuja finalidade é compreender o patriarcado como um sistema social, simbólico e político que se consolidou historicamente e ainda estrutura práticas culturais, subjetivas e psicológicas. Conforme Teixeira *et al.* (2014), a pesquisa histórica busca identificar as origens, transformações e permanências de fenômenos ao longo do tempo, a fim de compreender como certos padrões sociais se instituem e se mantêm. Essa perspectiva permite interpretar o patriarcado não como um dado natural, mas como produto de condições históricas e culturais específicas. O estudo fundamenta-se em obras, artigos científicos e documentos interpretativos que analisam fatos e

registros históricos já consolidados. Assim, a metodologia adotada consiste em levantamento bibliográfico, leitura analítica voltada à identificação de simbolismos e discursos que sustentam a estrutura de poder centrada nos homens.

A busca e seleção do material teórico foram realizadas por meio de pesquisa em bases digitais e acervos institucionais das áreas de história, psicologia e estudos de gênero. As principais plataformas utilizadas foram SciELO, Google Acadêmico, além dos repositórios das universidades UFPR, UFMG, UFRGS e Universidade do Minho, bem como acervos digitais de editoras acadêmicas como Cultrix, Appris e Nau Editora. A estratégia de busca envolveu o uso de descritores combinados com operadores booleanos, como “patriarcado” AND “gênero”, “história das mulheres” AND “subjetividade” e “psicologia” AND “dominação masculina”, visando recuperar produções relevantes e atualizadas.

Identificou-se 52 obras, entre livros, artigos e monografias, das quais 26 foram selecionadas por atenderem aos critérios de relevância teórica, atualidade, pertinência temática e rigor metodológico. A análise considerou a contribuição das obras para os três eixos que estruturaram a pesquisa, que seriam a gênese histórica do patriarcado, a construção simbólica e discursiva do gênero e as repercussões psicológicas e subjetivas dessa estrutura.

A etapa de levantamento bibliográfico envolveu autores clássicos e contemporâneos das áreas de história, psicologia, filosofia e estudos de gênero. Beauvoir (1970) e Hooks (2021) evidenciaram aspectos das relações familiares; amorosas no contexto patriarcal. Lerner (2019) foi fundamental para compreender a gênese da desigualdade de gênero e a transição das sociedades matrilineares para patriarcais. Saffioti (2015) e Bourdieu (1999) contribuíram para a análise sociológica e política das relações de poder, enquanto Butler (2018) e Scott (1995) forneceram bases teóricas para a compreensão do gênero como categoria histórica e discursiva. No campo da psicologia, Nogueira (2001), Zanello (2018) e Jacó-Vilela e Portugal (2012) foram referências para discutir as implicações subjetivas e simbólicas dessas estruturas na formação do sujeito. Autores como Myara (2024), Dupla (2012), e Oliveira (2005) ofereceram subsídios mitológicos e arqueológicos sobre a centralidade do feminino em civilizações antigas.

Dessa forma, o percurso metodológico consistiu em quatro momentos principais que seriam o levantamento bibliográfico em bases digitais e acervos científicos; leitura crítica e fichamento das obras selecionadas, construção simbólica do gênero e análise interpretativa, buscando conexões entre o passado e a contemporaneidade.

GÊNERO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: DISPOSITIVOS QUE MOLDAM AS RELAÇÕES

Este tópico examina como discursos míticos, e culturais produziram e sustentaram o patriarcado, mostrando como gênero se tornou um dispositivo simbólico e político que organiza relações de poder, regula corpos, molda afetos e estrutura subjetividades masculinas e femininas ao longo do tempo.

As dinâmicas de gênero passaram por constantes transformações ao longo da história, sendo reorganizadas conforme mudanças sociais, culturais e políticas (França, 2024). É nesse sentido que Scott (1995) propõe o gênero como uma categoria analítica para a História. Para a autora, gênero não se limita a diferenças físicas entre homens e mulheres, mas constitui um sistema simbólico que organiza relações de poder. Esse conceito permite revisitar como as identidades masculinas e femininas foram construídas historicamente e como essas construções influenciaram a distribuição de autoridade nas sociedades. Scott (1995) afirma que as representações de gênero emergem da política, e é a partir dessas representações que se produzem mudanças nas formas de dominação e nas estruturas sociais.

Butler (2018) argumenta que os significados que organizam o mundo social derivam do sistema simbólico, pois é nele que os discursos se estruturam. A linguagem ocupa posição central nesse processo, já que produz identidades e delimita possibilidades de ação e reconhecimento. O sujeito, portanto, não é origem, mas resultado de discursos que seguem regras e normas culturais. Esses discursos se mantêm por meio de repetições que reforçam modelos específicos de masculinidade e feminilidade, criando expectativas sobre como cada corpo deve existir e se comportar. Essa perspectiva torna necessário questionar em que contextos tais discursos foram produzidos e quais interesses eles passaram a servir.

À luz das reflexões de Butler (2018) e Scott (1995), o gênero pode ser entendido como um dispositivo que organiza e sustenta determinadas representações sociais. Em muitos contextos históricos, discursos míticos e religiosos atribuíram ao homem a posição de princípio criador, enquanto à mulher foi reservada a condição de “Outro”. Essa distinção, frequentemente apresentada como natural ou ontológica, acabou por obscurecer processos históricos que produziram tais narrativas. Como aponta Lerner (2019), simbolismos femininos presentes em mitologias antigas foram gradualmente reinterpretados ou subordinados conforme estruturas patriarcais se consolidaram, o que contribuiu para naturalizar

desigualdades no imaginário religioso, nas normas sociais e até na produção do conhecimento.

Scott (1995) observa que, quando discursos de gênero são vinculados ao divino ou ao imutável, acabam funcionando como formas de proteção das hierarquias políticas. Nessa lógica, certas identidades masculinas e femininas são reiteradas como se fossem universais, mesmo que sempre tenham coexistido práticas, experiências e expressões que escapam às normas dominantes. Assim, recuperar conhecimentos sobre períodos em que o feminino ocupou lugar central permite não afirmar uma essência fixa, mas demonstrar que outras formas de organização social já existiram. Esse movimento contribui para questionar a suposta naturalidade das divisões tradicionais entre homens e mulheres e abre espaço para reconhecer modelos diversos de subjetivação e existência.

Em diálogo com esse processo histórico, Beauvoir (1970) argumenta que o homem se definiu como sujeito universal, enquanto a mulher foi construída como o “Outro”. Para a autora, as diferenças de gênero são prescritas desde a infância. A educação destinada aos meninos difere daquela oferecida às meninas, que desde cedo podem ser alvo de vigilância e controle. Já os meninos podem receber incentivos para agir, ocupar espaço e afirmar força e autonomia. Brincadeiras, tarefas e vestimentas podem reforçar uma divisão simbólica na qual às meninas é atribuído a docilidade, beleza e destino doméstico, enquanto aos meninos se reserva liberdade e poder. A sexualidade feminina também passa por regulação intensa, fazendo com que o prazer das mulheres seja ignorado ou silenciado. A experiência sexual feminina costuma ser moldada sob a lógica da passividade, da submissão ou da prostituição, deixando à margem o desejo da mulher. A virgindade, valorizada pela ordem patriarcal, pode atuar como instrumento de controle moral e social, em oposição ao modo como a sexualidade masculina é incentivada e reconhecida como expressão de liberdade.

O desejo feminino pode ser gradualmente deslocado para a busca pelo amor, que passa a ser entendido como fonte de validação e sentido, colocando o homem como referência central na constituição da mulher. Essa idealização afetiva funciona como preparação para os papéis de esposa e mãe, que operam como extensões de uma ordem simbólica de poder. Nessa lógica, o corpo feminino não é aprisionado no sentido literal, mas passa a ser interpretado e regulado a partir de normas externas que definem como ele deve existir, agir e ser percebido. Trata-se de um corpo constantemente significado por expectativas masculinas, tornando-se um território sobre o qual se projetam medos, desejos e valores sociais. É nesse processo de regulação que se inscrevem os primeiros discursos que sustentam desigualdades entre homens

e mulheres, organizando padrões afetivos e sociais que perduram historicamente. (Beauvoir, 1970)

Hooks (2021) também discute esse movimento ao afirmar que a família constitui, para a criança, sua primeira referência de relações sociais. No entanto, esse espaço pode operar simultaneamente como cuidado e como medo. O discurso patriarcal atribui agressões físicas e emocionais ao suposto bem da criança, o que produz uma subversão dos afetos. Essa lógica une significantes de violência e cuidado, formando alicerces que tendem a aparecer novamente nas relações adultas. Em um ambiente marcado pela punição, humilhação e controle, a criança pode aprender afetividade por meio de práticas de dominação. Nessa dinâmica, o pai é muitas vezes tomado como figura de autoridade, enquanto à mãe se atribui o papel de mediação e obediência. Assim, os meninos podem desenvolver modelos de amor baseados em controle e imposição, enquanto meninas tendem a compreender o amor a partir da renúncia e do sacrifício.

Considerando essa diferença temporal, torna-se importante destacar que Beauvoir (1970), ao escrever em 1970, analisava práticas e valores característicos de seu próprio contexto histórico, marcado por forte normatividade de gênero e por uma estrutura social menos permeável a debates sobre diversidade, autonomia e violência simbólica. Já Hooks (2021), escrevendo em 2021, retoma questões semelhantes, mas as observa em um cenário contemporâneo no qual a família, a cultura midiática e as formas atualizadas de autoridade produzem novas maneiras de reforçar o patriarcado socialmente. Apesar da distância histórica entre as autoras, ambas evidenciam que os mecanismos de dominação assumem novos formatos ao longo do tempo, mas não deixam de operar, e que práticas antigas de vigilância, controle do corpo e disciplinamento afetivo continuam presentes, ainda que adaptadas a outros contextos.

Assim, o patriarcado, além da definição dos papéis sociais, é também produtor de subjetividades afetivas que se organizam de modo desigual entre homens e mulheres. Essa estrutura apresenta representações profundamente influenciadas pela cultura, que modelam as formas de violência associadas ao gênero e fazem com que a mulher seja historicamente posicionada como pertencente ao homem (Hahn; Senna, 2020).

Ademais, Zanello (2018) nos diz que esta divisão de gênero, pautada em controle e submissão, é produtora de sintoma. O gênero, sendo um modo de agir e sentir, torna-se um dispositivo de poder que se ampara nas relações. Sendo assim, adoecimentos de indivíduos são atravessados por marcadores sociais, não podendo ser compreendido apenas pela visão

biomédica e individualista, além de que os modelos de sofrimento se diferem entre homem e mulher, e são moldados a partir da cultura. O sofrimento psíquico, longe de se estruturar de forma homogênea entre homens e mulher, é pautado na desigualdade. Sendo assim, o gênero instrui o que pode ser sentido, como expressar emoções e quando um sofrimento é legitimado ou silenciado. No entanto, tais modelos são naturalizados, sendo assim, o gênero também atua como um mecanismo de controle dos seres humanos, isto é, seus corpos, pensamentos, ações, modelos de existência.

A MULHER NA HISTÓRIA E NA PSICOLOGIA

Segundo Tedeschi (2012), a historiografia tradicional, foi marcada pelo androcentrismo, que se configura como o ponto de vista masculino como centro da razão (Carvalho, 2024). Ademais esta historiografia androcentrica sustentou uma narrativa que excluiu as mulheres da esfera pública, atribuindo-lhes papéis, secundária e silenciosa. Essa ausência não é casual, mas fruto de um processo de construção simbólica que consolidou o masculino como universal e o feminino como particular. Perrot (1991) afirma que a história tradicional foi construída a partir do olhar masculino, o que transformou a invisibilidade feminina em norma e exigiu um trabalho crítico de desconstrução das imagens e discursos produzidos sobre as mulheres.

O campo da história das mulheres ganha força, sobretudo a partir da renovação historiográfica promovida pela História Cultural nas décadas de 1970 e 1980, período em que novas abordagens passaram a questionar as narrativas tradicionais centradas no masculino. Segundo Chartier (1990), A História Cultural tem como objetivo compreender as formas pelas quais a realidade social é representada e apropriada. Essa vertente teórica permitiu analisar como as imagens e discursos sobre o feminino foram produzidos e naturalizados ao longo dos séculos.

Para Tedeschi (2012), a linguagem desempenha papel central nesse processo, pois os discursos não apenas refletem o mundo, mas o constroem. Assim, a ideia de “natureza feminina” tornou-se uma ferramenta de dominação simbólica que legitimou hierarquias de gênero, sustentando práticas de subordinação que perpassam a política, a religião e o trabalho.

Conforme Scott (1995) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e um modo de significar as relações de poder. Essa perspectiva rompe com o determinismo biológico, evidenciando que as

desigualdades entre homens e mulheres são construções históricas e culturais. Tedeschi (2012) reforça que a tarefa do historiador é desvelar esses mecanismos, compreendendo o gênero como categoria analítica capaz de revelar o funcionamento simbólico da dominação masculina e os modos de resistência que emergem da experiência feminina.

Mesmo antes da psicologia se consolidar como campo científico, o feminino já era alvo de tentativas de explicação centradas em sua capacidade reprodutiva. Desde a Antiguidade, o pensamento grego definiu a mulher como “um desvio, uma relação imperfeita em relação ao homem” (Nogueira, 2001, p. 2), sustentando a base simbólica da desigualdade entre os sexos. Com o Iluminismo, entre os séculos XVII e XVIII, a razão e o método científico substituíram o domínio das crenças e mitos, mas mantiveram a concepção da mulher como ser destinado à maternidade e à vida doméstica.

Nogueira (2001, p. 3) aponta que os filósofos iluministas “consideravam pacífica a inferioridade sexual e intelectual da mulher”, atribuindo-lhe cidadania apenas por meio do vínculo conjugal. O discurso médico reforçou essa estrutura ao longo da Idade Média, do Renascimento e da Revolução, ao descrever o corpo feminino como uma cópia imperfeita do masculino, legitimando o confinamento da mulher à esfera familiar. Nesse sentido, em nome de um determinismo natural, o pensamento médico confinou a feminilidade ideal à maternidade (Berriot-Salvadore, 1991), consolidando a associação entre razão e masculinidade, emoção e feminilidade, que permeou as ciências modernas e sustentou o estudo histórico que foca apenas em eventos e feitos de homens, ignorando a participação das mulheres na cultura ocidental.

Assim, a constituição da Psicologia foi atravessada por valores sociais anteriores ao seu reconhecimento como ciência. O homem tornou-se o modelo central de desenvolvimento humano, enquanto a mulher passou a ser concebida como o Outro. Essa lógica produziu modelos rígidos de masculinidade e feminilidade, nos quais o masculino foi associado à inteligência, autonomia e racionalidade, enquanto o feminino foi vinculado à fragilidade, dependência e emoção. Esse enquadramento contribuiu intensamente para a manutenção de hierarquias sociais. Os discursos psicológicos serviram sobretudo para normatizar corpos e subjetividades femininas. Ao final do século XIX, a Psicologia passou a legitimar o modelo patriarcal nas relações sociais. A maternidade foi interpretada como vocação natural da mulher, e qualquer afastamento desse ideal tornou-se alvo de patologização (Jacó-Vilela; Portugal, 2005).

Neste contexto, foi somente a partir da década de 1970, com o fortalecimento da segunda onda do feminismo, que psicólogas feministas passaram a contestar de maneira mais organizada a psicologia tradicional, apontando como suas bases androcêntricas e positivistas contribuíam para manter desigualdades entre homens e mulheres. De acordo com Nogueira (2001, p. 1), “o feminismo [...] permitiu o equacionar de sérias críticas à ciência tradicional, moderna e positivista”, o que possibilitou o surgimento de novas formas de compreender o gênero como construção social, e não como determinação biológica. A autora observa que essas críticas revelaram como a psicologia, ao longo de sua história, reforçou discursos de inferioridade feminina ao adotar modelos científicos neutros apenas em aparência, mas profundamente marcados por valores masculinos.

Ainda na perspectiva da mulher na psicologia, Nogueira (2001, p. 10) explica que “as feministas desafiam o que conhecemos acerca de homens e mulheres, questionando os resultados das pesquisas convencionais que contribuíram largamente para o significado de gênero implícito no nosso dia a dia”. A autora argumenta que o sofrimento psíquico das mulheres deve ser compreendido a partir das relações de poder nas quais estão inseridas, e não como resultado de características individuais. Ao discutir contribuições teóricas do feminismo para a psicologia, Nogueira (2001) afirma que o gênero funciona como um sistema de significados que organiza posições sociais, distribui recursos e regula o acesso ao poder. Sob essa ótica, a psicologia feminista rompe com explicações essencialistas e passa a analisar como práticas discursivas produzem e mantêm desigualdades entre homens e mulheres.

Ademais, o gênero é compreendido como um sistema de significações que institui o poder. Nisto a categoria “mulher”, passa a ser pensada a partir disto, englobando a classe, a raça, a sexualidade e corpo (Jacó-Vilela; Portugal, 2005).

O crescimento desta psicologia contribuiu também para fortalecer o percurso de enfrentamento à violência doméstica, pois possibilitou a formulação de intervenções voltadas ao atendimento de mulheres em situação de violência. Segundo Magalhães (2022), a psicologia tem colaborado para a valorização da mulher por meio de ações que buscam ampliar sua autonomia e reconhecer sua importância social, pessoal e profissional. A autora ressalta que o papel da psicologia vai além da escuta clínica, atuando na transformação da mulher em si e em sua relação com o mundo, envolvendo dimensões como significação, motivação, crenças, valores e atitudes (Magalhães, 2022).

Sendo assim, a psicologia possibilitou a reconstrução emocional e o fortalecimento psicossocial das mulheres em situação de violência, favorecendo que retomem o

protagonismo de suas trajetórias. Conforme destaca Magalhães (2022), a psicologia atua de forma significativa no combate à violência doméstica ao promover intervenções que auxiliam na superação do sofrimento e no fortalecimento da identidade feminina.

SOCIEDADES Matriarcais E DESENVOLVIMENTO DO PATRIARCADO

Um dos percursos da compreensão das origens do patriarcado, pode ser iniciado pela verificação das primeiras formas de organização humana anteriores à escrita, e os papéis rigidamente estabelecidos entre os sexos. Ao analisar evidências arqueológicas e simbólicas das sociedades pré-históricas é possível repensar as narrativas tradicionais sobre o feminino, trazendo luz e revelando um momento na história da humanidade em que o altar simbólico se destinava às mulheres.

Diante da ausência de registro escritos, artefatos como estatuetas, cerâmicas e sepultamentos constituem importantes fontes sobre a condição humana e a produção simbólica daquele período pré-histórico. Neste ponto, é valido problematizar o termo “pré-história”. Como apontam as autoras Gerda Lerner (2019) e Julia Myara (2024), durante séculos a história registrada foi quase exclusivamente masculina, era o homem quem fazia, narrava e legitimava os feitos dignos de memória. A chamada “história universal” omitiu grande parte da experiência feminina, invisibilizando seu papel da construção das sociedades. Estes dados questionam a naturalização das sociedades posteriores em que são pautadas em práticas patriarcais e cultos com a centralização masculina.

Estas manifestações simbólicas e materiais sugerem uma valorização do corpo feminino. Evidenciam-se nos estudos sobre *Çatalhöyük*, isto é, umas das primeiras grandes cidades do mundo, povoado neolítico na antiga Mesopotâmia, atual Turquia. (Lerner, 2019)

O período Neolítico, que durou aproximadamente 12.000 anos, corresponde à passagem de grupos caçadores-coletores para formas de vida sedentárias. Nesse contexto emergem a agricultura e a domesticação de animais, o que introduz novas demandas ligadas à posse, ao manejo e à distribuição dos recursos. À medida que o cultivo gera excedentes que precisam ser protegidos, armazenados e organizados, o controle da terra e da produção passa a definir posições sociais e instaurar novas relações de poder, fortalecidas por transformações culturais e econômicas (Ghidini; Mormul, 2020).

A palavra Mesopotâmia origina-se do grego e tem como significado “entre rios” é cortada pelos rios Tigre e Eufrates, era composta por três regiões, ao norte a Assíria, ao sul a Suméria e ao centro a Acádia (Bezerra, 2011). Neste local foram encontrados indícios de possíveis sociedades matriarcais bem como evidências da religião mais antiga da humanidade que se tem registros até a atualidade, suas cosmogonias são voltadas ao feminino como princípio da vida, isto é, o culto do divino feminino, é um dos mais antigos do mundo (Dupla, 2012).

Çatalhöyük foi construída em camadas ao longo de aproximadamente 530 anos. Era composta por residências semelhantes entre si, acessadas pelo telhado e com espaços internos destinados ao repouso e aos sepultamentos. Sob plataformas de dormir foram encontradas ossadas de mulheres e crianças, acompanhadas de espelhos, joias e ferramentas de ossos e pedras, objetos de prestígio eram mais abundantes entre as mulheres do que os homens, que eram enterrados com armas e utensílios de caça. Estes sepultamentos se destinavam apenas a pessoas privilegiadas, haja vista que os enterros associados ao uso do ocre vermelho apontavam para uma alta condição social, em especial para as mulheres. Ademais, um olhar na proporção de sepultamentos femininos, possibilita a especulação sobre o papel central que o corpo fêmea ocupava nas práticas ritualísticas e espirituais, isto é um lugar de prestígio nesta comunidade (Lerner, 2019).

Em termos simbólicos, tais práticas funerárias indicam o modo em que a mulher era percebida nas primeiras formas de organização social, isto é, como um elo entre a vida, a morte e a regeneração. Em contexto de desconhecimento sobre a participação masculina na reprodução, o corpo fêmea foi associado aos ciclos da natureza, visto como manifestação direta da magia natural. O simbolismo vigente da mulher era da própria terra, isto é, fértil, cíclica e criadora. No entanto, também poderia expressar a destruição e a escassez (Myara, 2024).

Destacam-se as estatuetas femininas encontradas em diversos locais do mundo. O arqueólogo James Mellart, foi o primeiro a dar interpretações ao encontrar o sítio arqueológico de *Çatalhöyük* em 1958. No entanto recebeu diversas acusações e proibições de suas pesquisas. O mitólogo Josph Campbell retoma e analisa as imagens e as interpreta como uma experiência ou conexão com algo. Sua estimativa é que sejam provenientes do Paleolítico Superior e Neolítico. São conhecidas como “Vênus pré-históricas”, feitas de gesso, calcário, marfim ou argila. Representam mulheres com corpos avantajados, quadris acentuados, seios e ventres salientes, e com vulvas a mostra. Em decorrência do recorte histórico, os exemplos do Neolítico são: Estatueta de *Çatalhöyük* (Turquia), Estatueta de

Vinca (Vinca Sérvia e região dos Balcãs) Estatuetas de Malta (Troxien, Quim, Malta), Estatuetas de Ain Ghazal (Jordânia), Estatuetas de Cucuteni Trypillian (Ucrânia, Romenia, Moldávia) e Estatuetas de Tumba de Hacilar (Turquia) (Borges; Nascimento, 2025).

Myara (2024) e Lerner (2019) propõem uma interpretação pautada na centralidade da mulher nas comunidades primitivas, a celebração do corpo como potência criadora, e de sua ligação com forças cósmicas, celebrando o culto a Deusa-mãe. Para elas estas sociedades se organizavam a partir da matrilinearidade, isto é o parentesco era determinado a partir da Mãe. Destacam que o conceito de matrilinearidade não implica o contrário de Patriarcado, isto é, dominação e hierarquização, mas uma lógica que se baseava na complementaridade e sacralidade da vida, em que a mulher era reconhecida como centro vital da comunidade.

O protagonismo delas também se expressava na responsabilidade em relação à vida humana. Naquele período o cuidado da mãe era de suma importância na proteção dos bebês em relação ao frio, e o leite materno era exclusivamente o meio de nutrição para a sobrevivência (Saffioti, 2015).

Nas condições extremas da vida naquele momento, a mulher necessitava de diversas gestações. A expectativa de vida no Neolítico em *Catalhöyük*, foi demonstrado que era de apenas 30 e 40 anos, com uma média de 34,3 anos para homens e 29,8 para mulheres (Lerner, 2019).

Considerando a fragilidade da vida humana neste momento, a alta mortalidade infantil e necessidade de amamentação por dois a três anos, grande parte da vida das mulheres era dedicada à gravidez, ao parto e aos cuidados com os filhos, haja vista a importância disto na sobrevivência do grupo (Lerner 2019).

Essa unilateralidade no cuidado da vida humana influenciou diretamente a organização do trabalho, pois as mulheres frequentemente escolhiam tarefas a serem realizadas juntamente aos cuidados maternos como a coleta de frutos e raízes. (Lerner, 2019).

Refutando a hipótese tradicionalista de que seria pela força física. Ademais, o bebê poderia assustar o animal que estava sendo caçado, e portanto não se teria alimento. A coleta possibilitava que eles chorasse, fossem amamentados, e ainda se trazia subsídios alimentares para casa. As mulheres proviam mais de 60% dos alimentos necessários para sobrevivência e asseguravam a subsistência do grupo sem comprometer o cuidado com às crianças (Saffioti, 2015).

A caça, de caráter incerto e fisicamente mais arriscado, permanecia majoritariamente com os homens, em algumas sociedades de forma ocasional as mulheres chegavam a

participar. Sendo assim, é válido salientar que a necessidade estruturou a divisão do trabalho que, no entanto essa divisão primordial foi sendo repassada culturalmente (Lerner, 2019).

Nesse sentido, é válido questionar o porquê que a representação do sagrado era a Mulher; naquele momento as mulheres detinham o prestígio da sobrevivência da espécie humana. A mãe tinha poder sobre a vida e a morte (Myara 2025). As mulheres eram verdadeiras guardiãs da vida, mas também carregavam o peso desta não prosperar. Com isto, homens e mulheres, ao observar tamanho poder misterioso feminino, passaram a adorar a Deusa-mãe (Lerner, 2019).

No mito de criação as mulheres também tinham centralidade, Lerner (2019, p. 213) nos diz:

Na mitologia egípcia, oceano primordial, a deusa Nun, dá à luz o deus do sol Atum, que então cria o resto do universo. A deusa suméria Nammu cria por partenogênese, deus do céu An e a deusa da terra Ki. No mito babilônico, a deusa Tiamat, o mar primordial, e seu companheiro dão à luz deuses e deusas. Na mitologia grega, a deusa da terra Gaia, em um nascimento virginal, cria o céu, Urano.

É possível perceber que essa narrativa pairou sobre diversas culturas, Lerner (2019, p.212) discursa:

A Deusa é mostrada entre pilares ou árvores, acompanhada de bodes, serpentes, pássaros. Ovos e símbolos de vegetação são associados a ela. Esses símbolos indicam que era adorada como fonte de fertilidade vegetal, animale humana. Ela é representada pela deusa das serpentes minoica, com seios expostos. Era venerada na Suméria, como Ninhursag e Inanna; na Babilônia, como Kubab e Ishtar; na Fenícia, como Astarte; Canaã, como Anat; na Grécia, como Hécate-Ártemis. Sua frequente associação com a lua simbolizava seus poderes místicos sobre a natureza e as estações. O sistema de crenças manifestado na adoração à Grande Deusa era monístico e animista. Havia unidade entre a terra e as estrelas, humanos e natureza, nascimento e morte, tudo isso incorporado na Grande Deusa.

A divindade Inana ou Ishhtar era a mais cultuada na Suméria, seu simbolismo pairava sobre o domínio do Céu e da terra, da sensualidade e a fertilidade. Ademais, também protagonizava o centro da vida política, foi associada à capacidade retórica. Ser uma Deusa do amor também compunha suas características. Em suma, esta Deusa era associada aos aspectos femininos e masculinos, pois esta ultrapassava as barreiras de gênero (Myara, 2024).

A relação entre mãe e filho, fundamental para a sobrevivência humana, também carrega significado simbólico. Autores como Sigmund Freud (1856–1939), Melanie Klein (1882–1960) e Donald Woods Winnicott (1896–1971) elaboram conceitos que explicam essa dinâmica, destacando ambivalências de prazer e angústia que surgem conforme a qualidade do cuidado oferecido pela figura materna (Souza, 2024). Nesse sentido, a fusão entre o corpo

materno e a vida nascente sustentou as primeiras formas de religiosidade, funcionando como matriz das experiências humanas de vínculo e separação (Lerner, 2019).

Considerando a fragilidade das condições que sob as quais viviam os seres humanos, as tribos que colocavam em risco a vida das mulheres em caçadas tinham propensão a não sobrevivência. Portanto, a primeira divisão do trabalho de homens caçadores e mulheres coletoras se origina pela diferença biológica, nesse ponto não faz referência a força ou resistência, mas sim pele diferença reprodutiva, isto é, mulheres amamentam. Todavia, essa explicação biológica, só pode ser sustentada naquele momento, devido às condições postas (Lerner, 2019).

As possíveis sociedades matriarcais neolíticas possuíam uma valorização igualitária no trabalho, pois ambos os sexos desenvolveram habilidades que para a sobrevivência do grupo eram fundamentais. A coleta de alimentos requeria um conhecimento robusto de plantas, raízes, ecologia, árvores e plantas, a mulher era descrita como inventora de recipientes de argila, de tecidos e guardiã do fogo. Ainda é descrita como transformadora, produzindo alimentos e produtos de substâncias curativas. Talvez possuísse ainda mais conhecimento ou tanto quanto o homem e pode ter sido como ele ou considerada superior a ele em todas as esferas (Lerner, 2019).

Apesar das primeiras sociedades, como evidenciado por estudos em *Catalhöyük* e nas estatuetas, tenham mostrado formas de organização social mais igualitárias e um protagonismo simbólico do feminino, o curso da história indica uma gradual transformação, isto é a dominação masculina (Lerner, 2019).

A respeito da dominação masculina e a mudança para o patriarcado, Lerner (2019) e Myara (2024) salientam sobre a busca por explicações lineares e únicas que justificam as mudanças ocorridas. Um processo histórico como este se deriva de uma teia de forças em interação, isto é, evitam-se explicações simplistas, reconhecendo a pluralidade de causas e contextos culturais e temporais. Embora a dominação masculina se alastrasse de maneira generalista, é válido considerar que o mesmo resultado pode emergir de processos muito diferentes. A construção e interpretação deste fato, se limita a apenas um de divergentes modelos possíveis por meio da história.

As hipóteses a respeito do apagamento dessas culturas e ascensão do homem no poder, pairam sobre conflitos intertribais durante períodos de escassez econômica, nos diz Lerner (2019). O matriarcado foi um fenômeno espiritual, psíquico, social e político, mas também geográfico e climático, se estabeleceu pelo desenvolvimento da relação dos povos com a terra e seus recursos materiais. As sociedades matrísticas pairavam em territórios caracterizados

por extensa natureza, clima ameno, terras cultiváveis e com estações do ano marcadas. No entanto, outras culturas provenientes de lugares extremamente frios, não poderiam cultivar e colher em prol da sua nutrição, e com isto passaram a viajar por longas distâncias, configurando um crescente processo de expansão territorial. Estes povos possuíam uma expressão religiosa com uma divindade masculina, tal divindade habitava no céu, não tendo ligação com a terra, haja vista que a natureza observada por eles era infértil e hostil. Ao chegarem à antiga Europa encontraram as cidades matriarcais que não possuíam um exército e nem eram fortificadas (Myara, 2024).

O simbolismo da terra no contexto das sociedades matriarcais pairava sobre o divino, não se configurava como algo a ser possuído, sendo assim, as terras eram de pertencimento coletivo, tal conceito não era compartilhado pelos povos invasores, que ao chegarem, transformam em propriedade, e a fim de se proteger contra outros clãs, ergueram fortificações. Como o simbolismo da mulher se ligava a terra, o corpo delas também se tornou alvo de apropriação. Não havia modos de garantia para com a paternidade, haja vista que o visível era a criança saindo do corpo da mãe. Sendo assim, ocorre a instauração da monogamia compulsória, a objetificação do corpo feminino de modo que a reduzisse apenas a função social reprodutiva. Tais medidas impostas serviram como modo de controle. A instauração da moralização e restrições para com as mulheres começa a tomar forma neste momento (Myara 2024).

O processo de dominação foi minimamente brutal, como nos diz Myara (2024, p. 130):

Teriam matado os homens e as crianças. As mulheres foram violentadas, de modo que garantissem uma nova geração de filhos descendentes dos indo europeus. O estupro colonial era uma prática comum entre os antigos, e seu objetivo era perpetuar não só a humilhação daqueles que haviam sido conquistados, mas garantir um povoamento geneticamente selecionado. O massacre das crianças nativas era incentivado, uma vez que poupar-las poderia significar deixar viver um futuro inimigo vingativo. Os filhos nascidos do estupro teriam uma dupla filiação e, sob a orientação da nova cultura, cresceriam conforme o esperado. Das mulheres e mães, esperava-se o cumprimento das funções reprodutivas domésticas de modo pacífico, ainda que divididas pelo ódio que sentiam de seus dominadores e o amor que nutriam por seus filhos. Muitos mitos de origem de povos e cidades escondem a história de uma violação sistemática dos corpos das mulheres.

Após esse momento, possibilita-se perceber uma mudança profunda na ordem social, que altera o simbolismo atribuído às mulheres. De acordo com Lerner (2019) e Myara (2024), elas foram os primeiros indivíduos a serem transformadas em recursos e objetos de troca. A capacidade reprodutiva que antes era vista como divina e sagrada passa a serpropriada como força de trabalho e mecanismo de exploração. A escolha da subordinação feminina também

pode estar relacionada ao fato de que mulheres eram mais vulneráveis à coerção física, como raptos e estupros, sobretudo durante conflitos entre grupos. Além disso, mães e esposas tinham menores possibilidades de fuga, pois eram responsáveis pelos filhos e pelos parentes mais velhos. Por outro lado, os homens, habituados às longas caçadas e deslocamentos, tinham maior chance de escapar, o que contribuiu para que não se tornassem alvo primário de captura. Mulheres e crianças passaram, então, a ser utilizadas como objetos de troca entre elites dominantes, muitas vezes em acordos que buscavam evitar guerras ou firmar alianças. Nesses intercâmbios, eram obrigadas a assimilar os costumes e normas de ambos os grupos.

Este processo ocorre em épocas distintas e em distintas partes do mundo, no entanto, a partir do momento em que a expansão da agricultura ocorre, o sistema de parentesco se subverte, isto é, se torna patrilinear, e com isto se desenvolve a propriedade privada. Nas sociedades matriarcais, mulheres, crianças e homens tinham participação na produção e no consumo, as relações eram sem estrutura de poder, sendo estáveis e voluntárias. Os sistemas matrilineares necessitavam de equilíbrio demográfico de homens e mulheres. No entanto, nesta transição, devido à vulnerabilidade da mulher, a nova cultura de colheita impunha a necessidade da disponibilidade do trabalho haja vista que isto determinava quantidade de alimentos, a produção passa a ser a questão central nas tribos, fazendo com que as tribos buscassem mulheres de outros grupos. Mulheres e crianças são reduzidas a um recurso econômico (Lerner, 2019).

No quesito mítico, a grande Deusa, divindade adorada, pouco a pouco é apagada. Nas narrativas, ela se casa ou com um Deus, ou tem um filho. Nisto a figura do Grande pai começa a surgir substituindo o culto à grande Deusa da fertilidade. Um Deus pai dá ao homem a tarefa de governar outras criaturas inferiores. Entretanto, esta doutrina permite a utilização da natureza, pois foi criada para servidão. Tal crença se difere demasiadamente do culto ao divino feminino, haja vista que este pautava-se na crença de que eram todos sem distinções filhos da terra (Oliveira, 2005).

Diversas culturas abordam narrativas similares, como Suméria, Babilônia, Grécia e Canaã. Nessas narrativas trata-se de um casamento sagrado. A Deusa gera um filho que poderá ser seu herói ou seu consorte. Essa figura do herói retrata jornadas e lutas contra monstruosidades, isto é, ao matá-lo do sangue derramado, surge um alimento, ou uma árvore associada às forças da vida. O herói, ao retornar, renasce fazendo disto o rito de iniciação. Apesar das diferenças narrativas de cultura a cultura, de qualquer maneira o homem pouco a pouco passa a ser o protagonista das mitologias, podendo ser irmão, filho ou marido, e posteriormente sob a forma de um Grande Pai (Myara, 2019).

Lerner (2019, p. 253) argumenta que os discursos posteriores emergidos do monoteísmo judaico, mais a frente judaico-cristão, continuaram a perpetuar a centralidade masculina no sistema simbólico.

A criação da mulher pela costela de Adão é interpretada em seu sentido mais literal há milhares de anos, para indicar a inferioridade da mulher concedida por Deus – seja porque a interpretação recai sobre a costela como uma das partes “inferiores” de Adão e, portanto, um indício de inferioridade, seja pelo fato de Eva ter sido criada da carne e do osso de Adão, enquanto ele foi criado a partir da terra. Do ponto de vista histórico, a passagem tem recebido um significado simbólico profundamente patriarcal.

De acordo com Lerner (2019), a mudança simbólica de uma Grande Deusa para um Deus masculino dominante, foi disseminado na maioria das sociedades do Oriente, ao estabelecer uma monarquia imperialista. Sendo assim, o controle da fertilidade passa a ser conferida ao Deus masculino. Na escrita do livro de Gênesis, a criação e procriação são oriundos do mesmo. Neste momento o simbolismo dá sexualidade da Mulher é transmutado, atribuindo ao mal e ao pecado, destinando apenas a procriação, ela diz:

O simbolismo da história do Gênesis sugere uma dicotomia entre Adão, criado do pó, e Eva, sucessora da antiga deusa da fertilidade, criada a partir de uma parte do corpo humano, cada um imbuído de substância divina, através da intervenção de Jeová. A dicotomia é reforçada na história da Queda, quando a divisão sexual do trabalho é decretada por Jeová, agora como castigo. Adão trabalhará com o suor do próprio rosto; Eva dará à luz com dor e criará as gerações. Vale notar que a punição lançada torna o trabalho do homem um fardo, mas condena à dor e ao sofrimento não o trabalho dela, mas seu corpo fértil, resultado natural da sexualidade da mulher (Lerner, 2019, p. 256).

Retomando a dominação masculina nas sociedades, devido os conflitos intertribais, as mulheres destituídas de seu próprio lar foram consideradas coisas, eram protegidas pelos homens que lhe haviam roubado ou por toda sua tribo. Em primeira instância é reconhecida como recurso, no estágio posterior com o desenvolvimento de grupos mais dominantes foram adquiridas como propriedade (Lerner, 2019).

Em seguida, ocorre o fortalecimento da influência de homens mais velhos. Passam a controlar o comércio das mulheres, impondo restrições sexuais. Homens mais novos ofertam a mão de obra para os mais velhos e em troca obtém acesso às mulheres. Ademais, elas também se tornam presas de guerra. Esse conjunto de práticas desestrutura os sistemas matrilineares, pois concentra poder e vantagens especialmente nas mãos dos homens mais velhos. (Lerner, 2019).

Ademais, a autora explica que havia um duplo impacto na conquista de um grupo inimigo: além de capturar as mulheres como propriedade, sua desonra funcionava como uma castração simbólica dos homens vencidos, atingindo tanto o corpo feminino quanto a honra masculina (Lerner, 2019).

Dentro destas sociedades patriarcais, a falha na proteção da castidade sexual de suas mulheres, isto é, filhas, esposas, e irmãs caracterizava para os homens uma impotência e desonra. Tal costume do estupro colonial se estabelece como prática de guerra e conquista do segundo milênio a.c. até a atualidade. (Lerner, 2019). A ONU destaca que, mesmo em cenários contemporâneos, a violência sexual relacionada a conflitos continua se intensificando. Conforme divulgado pela ONU Mulheres (2025), com base do Relatório do Secretário-Geral da ONU sobre Mulheres, Paz, e Segurança, houve um aumento de 87% desses casos entre 2022 e 2024.

Ademais Lerner (2019) nos diz que é um ato social que remete ao progresso dentro desse sistema simbólico e sugere que essa prática é essencial e inseparável da estrutura de instituições patriarcais, e que no início do sistema ele aparece na sua essência mais intensa. O significado de honra para os homens configura-se como autonomia, o poder sobre si, e o reconhecimento do mesmo. As mulheres dentro do sistema patriarcal, não tem o poder de si, seus corpos dominados são violados e dispostos a maridos pais. Nem mesmo de seus filhos elas detêm poder algum, pois neste momento são vistas como um ser destituído de honra, sendo apenas valorizada pela sua virgindade e fidelidade sexual (Lerner, 2019).

Lerner (2019) acrescenta que a invenção cultural da escravidão se baseia na elaboração de símbolos de subordinação, assim como na conquista real das mulheres. Os homens ao deter poder e subjugar as mulheres do próprio grupo, posteriormente as mulheres prisioneiras, aprenderam o poder que era simbolicamente o controle sexual e elaboraram uma linguagem simbólica para expressar dominância e instaurar psiquicamente uma classe de pessoas escravizadas. Mulheres e crianças foram alvo da primeira experiência de escravização. Com isto aprenderam que seres humanos são capazes de suportar a escravidão (Lerner, 2019).

A partir disto, foi instituído um novo instrumento social para controlar as mulheres, a institucionalização do concubinato, que se configurava como a integração de mulheres prisioneiras nas famílias de seus captores, de modo a garantir seus serviços mais fidedignos. O direito do seu senhor, além do trabalho, se estendia ao seu corpo. A mulher também poderia ser alugada por um preço fixo, com seu senhor sendo o detentor dos ganhos. Ela também fazia

serviços domésticos como limpar, lavar, passar, costurar e moer alimentos. Entretanto, também ocupavam bordéis e haréns da Antiguidade, era esperada uma servidão sexual, podendo contar ou não com o seu consentimento (Lerner, 2019).

Torna-se um padrão a redução das mulheres a meras escravas e servas, destinando-as ao papel de objeto sexual. Ainda no âmbito da escravidão, o trabalho forçado teve naturezas distintas entre homens e mulheres, mesmo que ambos eram subordinados e destituídos de sua liberdade, e autonomia, realizando trabalho forçado, para as mulheres a escravidão impunha algo ainda mais árduo, a exploração sexual. Sendo assim, a opressão vivida ao longo da história não pode ser comparada entre homens e mulheres. O indivíduo escravizado permanece marcado por um estigma que legitima, na mentalidade de quem domina e também de quem é dominado, a continuidade dessa prática. Quando esse estigma é internalizado, a condição de escravização passa a ser percebida como algo natural e, posteriormente, como socialmente aceitável. (Lerner, 2019).

A CONSOLIDAÇÃO DO PATRIARCADO

Saffioti (2015) no diz que houve uma intensa resistência das mulheres ao novo regime, o que fez com que a consolidação do patriarcado levasse cerca de 2,500 anos para se consolidar. Com a dominância patriarcal, emerge em diversos modelos como, o concubinato, a autoridade de um homem sobre os filhos, sobre a esposa, ainda que com a limitação impostas pelas obrigações para com os parentes dela. Essas normas passam a ser formalizadas no Código de Hamurábi (c. 1752 a.C.), que expressa de forma explícita a estrutura patriarcal da sociedade mesopotâmica daquele período. Este código, juntamente as Leis Médio-Assírias (LMA), as Leis Hititas (LH) e Bíblia se tornam importantes leituras para uma análise histórica a respeito dos direitos de homens e mulheres naquele momento da institucionalização do patriarcado (Lerner, 2019).

Nestes códigos de leis, é possível observar uma regulamentação de comportamentos sexuais com restrições mais rigorosas para as mulheres. No código Hamurabi das 282 leis 73 tratam de casamento e questões sexuais. Nas leis Médio Assírias, das 112 leis, 59 também tratam do mesmo tema. Nas leis Hititas, de 200 leis, 26 também abordavam o mesmo tema. (Lerner, 2019).

O código Hamurabi impõe limites para os possíveis abusos, que favorecia apenas aos homens como o tratamento de dívidas através da penhora, um homem que não conseguia

pagar sua dívida tinha o direito legal de penhorar seus filhos, esposas, concubinas e escravos, poderiam ser emprestados ou vendidos. As punições variavam conforme o status da pessoa penhorada. Se uma criança de um homem livre morresse por maus-tratos comprovados na casa do credor, aplicava-se a pena de morte ao filho do credor. Contudo, se a vítima fosse um escravo, a penalidade se restringia ao pagamento de uma multa. Lerner (2019) destaca que não há, no código, qualquer menção a punições para casos de maus-tratos contra mulheres entregues como garantia de dívidas revelando como a legislação reforçava a desigualdade de gênero.

Lerner (2019) ainda salienta que o papel da concubina neste momento não se assemelha com o relacionamento entre primeira esposa e as demais esposas de sociedades poligâmicas, em que ambas possuem o mesmo status, direitos, moradias e obrigações determinadas que não violem nenhum direito. No patriarcado O sistema do concubinato no patriarcado se configura como a prestação de serviços sexuais ao senhor e serviços prestados à esposa.

Evidências destes podem ser verificados em narrativas bíblicas como resgata Lerner (2019, p 141):

As narrativas bíblicas do Gênesis, escrito entre 1200 e 500 a.C., refletem uma realidade social semelhante à descrita no contrato de venda babilônico (cerca de 1700 a.C.). Sarai, envelhecendo sem filhos, implora a Abrão para que tenha relações sexuais com sua criada Agar: E Sarai disse a Abrão: ‘Eis que o Senhor me impede de ter filhos; suplico que vá até minha criada; pode ser que eu tenha filhos através dela’. E Abrão ouviu a voz de Sarai. De forma semelhante, Raquel implorou ao marido Jacó: Eis minha criada Bila, vá até ela; que ela possa ter filhos sobre meus joelhos e que eu também tenha filhos através dela.

A respeito das mulheres dentro deste sistema patriarcal, Saffioti (2015) nos diz que ao estarem inseridas nesse sistema patriarcal naturalizado e difundido, concernindo na única realidade existente se tornam agentes deles, isto é, asseguram o poder deles por meio de suas próprias ações, especialmente em sua ausência, perpetuando a dominação e controle do homem.

É nesse sentido que Lerner (2019) argumenta que, embora algumas mulheres conquistassem certo grau de autonomia naquele contexto, essa liberdade era extremamente limitada quando comparada à dos homens. Seu acesso ao conhecimento era restrito, sua participação social era controlada e, muitas vezes, a condição de mulheres livres dependia da exploração de outras mulheres submetidas à escravidão. Em contrapartida, o poder masculino permanece estruturado na violência e na dominação sexual. Para consolidar esse poder,

articulavam-se três eixos: serviços sexuais femininos, trabalho econômico realizado no âmbito doméstico e força militar masculina. Lerner (2019) mostra que as distinções de classe e raça presentes na origem da escravidão foram reproduzidas nesses modelos de dominação, tornando-se a base do sistema patriarcal tanto na família quanto no Estado arcaico.

A prostituição comercial emerge pela escravização e formação de classes no terceiro milênio a.C., devido à conquista militar que escravizou e abusou sexualmente de mulheres prisioneiras. Após a escravidão se consolidar como instituição, donos de escravos alugavam escravas como prostitutas. Os haréns e bordeis se tornam então um símbolo de poder e ostentação de riqueza, entre reis, governantes, aristocratas, burocratas e homens de posse (Lerner, 2019). No período, emergia uma preocupação crescente em distinguir mulheres “respeitáveis” e “não respeitáveis”. Essa distinção, buscava preservar a honra masculina, controlar a circulação sexual das mulheres e impedir os homens “honrados” de envolvimentos com mulheres fora do controle familiar. Para regular estas fronteiras sociais, foi estabelecida a Lei Médio-Assíria §40, que estabelecia de forma explícita quem poderia ou não utilizar o véu. De acordo com esta legislação, o uso deste véu não estava ligado a uma moralidade subjetiva, mas exclusiva a posição da mulher dentro de uma estrutura de controle sexual masculino. As mulheres sob proteção legítima isto é, esposas filhas e viúvas de homens livres. As mulheres qual não estava, submetidas a este controle masculino eram denominadas “mulheres públicas”, categoria que abrangia escravas, e concubinas de baixa posição, não poderiam usar o véu. Sendo assim, o véu era utilizado como um marcador jurídico e simbólico de status, assim como um instrumento de vigilância e disciplina sobre a circulação feminina na esfera pública. A punição do desrespeito de tais regras induzia a punições severas, como 50 varadas, corte de orelhas, e piches sobre a cabeça. Ao que antes se entrelaçava apenas com a moralidade, passa a ser crime contra o Estado (Lerner, 2019).

A hierarquia do homem passa a ser definida a partir da profissão ou o status social paterno. No entanto para as mulheres as distinções das mulheres basearam-se na diferenciação de privilégios a mulheres de classe alta de acordo com o código de leis Assírios. Esses privilégios eram restritos e não extinguia a opressão econômica e sexual que recaia sobre as mulheres de classes mais baixas. Como observa Lerner (2019), essa divisão interna entre as mulheres, marcada por profundas desigualdades dificultou a formação de alianças entre grupos femininos de diferentes classes sociais e impediu o desenvolvimento de uma consciência coletiva que pudesse questionar as normas vigentes.

O julgamento dos comportamentos sexuais das mulheres diferia amplamente do aplicado aos homens. Uma mulher casada que cometesse adultério, ou uma jovem solteira que perdesse a virgindade, era socialmente rebaixada, enquanto aos homens não recaíam punições equivalentes. Esses exemplos evidenciam o início da institucionalização da família patriarcal foi assegurada pelo poder do Estado. Além disso, mostram que a posição social atribuída às mulheres, naquele período e ainda hoje, permanece distinta da reservada aos homens. A vida feminina era regulada em praticamente todas as esferas. A dependência intensa do feminino em relação ao masculino enraizou-se de tal forma nas leis, normas e costumes que passou a ser percebida como algo natural e até mesmo divino (Lerner, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar a história como campo de análise crítica, especialmente quanto às origens do patriarcado, evidenciou-se que este sistema não decorre da natureza nem de uma ordem divina. Sua consolidação se deu ao longo de milênios, como resultado de processos sociais, políticos e culturais. Houve momentos históricos em que o feminino ocupou posição simbólica central, associado à fertilidade, à espiritualidade e à sabedoria. A transição para o patriarcado, contudo, produziu uma profunda inversão nesse simbolismo: a mulher, antes venerada como representação do sagrado, foi reduzida à condição de objeto de controle, vigilância e reprodução. A partir disso, consolidaram-se as desigualdades de gênero que ainda estruturam as relações sociais contemporâneas.

As representações patriarcais sobre feminilidade e masculinidade foram sendo constantemente reatualizadas por meio dos discursos políticos, religiosos, científicos e midiáticos, os quais atuaram como dispositivos de manutenção desse sistema. Nesse contexto, a violência contra a mulher constitui a expressão mais extrema dessa lógica de dominação. O presente estudo buscou demonstrar que as identidades de homem e mulher são construções culturais e históricas, e não essências naturais ou imutáveis.

As antigas sociedades que reverenciavam o feminino e a terra como expressões do sagrado demonstravam uma relação baseada em equilíbrio e complementariedade. O patriarcado, ao contrário, instaurou uma estrutura hierárquica de poder que objetificou, subjugou e silenciou mulheres por séculos. A antiga Deusa, símbolo da criação e da fertilidade, foi transformada em pecado e em “Outro”, marcando o início de uma era de repressão simbólica e material.

As mulheres, no entanto, sempre foram muito mais do que corpos destinados à reprodução. Representam a força da criação, da renovação e da continuidade da vida. Ao revisitá-los alicerces históricos do patriarcado, esta pesquisa buscou evidenciar que, embora esse sistema tenha assumido diferentes formas ao longo dos séculos, suas lógicas centrais permanecem atuando na vida social e subjetiva. A continuidade de práticas de controle, desigualdade e violência demonstra como estruturas antigas se transformam, mas não desaparecem, reproduzindo papéis rígidos e limitadores que afetam tanto mulheres quanto homens.

REFERÊNCIAS

BEAUVIOR, Simone de. **O segundo sexo.** Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970. 2v.

BERRIOT-SALVADORE, E. O discurso da medicina e da ciência. In: DUBY, G.; PERROT, M. (orgs.). **História das mulheres.** v. 3. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

BEZERRA, Karina. **História geral das religiões.** Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2011. Disponível em: <https://www1.unicap.br/observatorio2/wp-content/uploads/2011/10/HISTORIA-GERAL-DAS-RELIGIOES-karina-Bezerra.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/BOURDIEU_Pierre._A_domina%C3%A7%C3%A3o_masculina.pdf?1332946646. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Governo Federal lança Painel de Dados do Ligue 180 e reforça transparência no enfrentamento à violência contra mulheres.** Brasília, 7 ago. 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/08/governo-federal-lanca-painel-de-dados-do-ligue-180-e-reforca-transparencia-no-enfrentamento-a-violencia-contra-mulheres>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Rádio Senado. **Mapa Nacional da Violência de Gênero aponta alta nos casos de feminicídio.** Brasília, 3 set. 2025b. Programa *Conexão Senado*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2025/09/03/mapa-nacional-da-violencia-de-genero-aponta-alta-nos-casos-de-feminicidio>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 779/DF.** Relator: Min. Dias Toffoli. Julgado em 26 de fevereiro de 2021. Declaração de inconstitucionalidade da tese da legítima defesa da honra. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Disponível em: https://cursoextensao.usp.br/pluginfile.php/869762/mod_resource/content/0/Judith%20Butler-%20Problemas%20de-g%C3%A3o%20Anero.Feminismo%20e%20subvers%C3%A3o-%20identidade-Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira-%202018.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CARVALHO, Guilherme Paiva. **Raízes da razão androcêntrica.** Curitiba: Atena Editora, 2024.

DUPLA, Simone Aparecida. OS DOMÍNIOS DE INANNA: PERMANÊNCIAS DE UM CULTO AO SAGRADO FEMININO NA MESOPOTÂMIA. **História: Questões & Debates**, [S. l.], v. 57, n. 2, 2012. DOI: 10.5380/his.v57i2.30560. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/30560>. Acesso em: 11 nov. 2025.

FRANÇA, Nirvana. O patriarcado além das fronteiras: como o patriarcado se manifesta no cenário brasileiro e no tailandês. **Mandrágora: Revista de Estudos de Gênero e Religião**, São Bernardo do Campo, v. 30, n. 1, p. 111-139, 2024. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/Mandragora>. Acesso em: 11 nov. 2025.

GHIDINI, Rafael; MORMUL, Najla Mehanna. Revolução agrícola neolítica e o surgimento do Estado classista: breve reconstituição histórica. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 1–20, 2020. DOI: 10.35699/2525-8036.2020.19725. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/e19725>. Acesso em: 11 nov. 2025.

GUIMARÃES, Alice Batista. “Energia feminina” ou discurso de submissão?: as visões sobre a mulher, os usos do passado e o conservadorismo no Instagram. **Em Tempo de Histórias: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília**, Brasília, v. 24, n. 45, p. 101-123, 2025. DOI: 10.26512/emtempos.v24i45.56393. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/56393>. Acesso em: 11 nov. 2025.

HAHN, Noli Bernardo; SENNA, Tassiara da Silva. Elementos que contribuíram para a consolidação do patriarcado: uma análise da obra “O contrato sexual” de Carole Pateman. **Revista Videre, Dourados**, v. 12, n. 23, p. 259-270, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.30612/videre.v12i23.9323>.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. Tradução de Stephanie Borges. Revisão técnica de Cidinha da Silva. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2021. 272 p. ISBN 978-65-87235-30-1. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/64678e9a8c89c82dc2d6ee59/t/6553771d50db4c43d684f934/1699968801081/tudo-sobre-o-amor-bell-hooks.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; PORTUGAL, Francisco Teixeira (orgs.). **Clio-psyché: gênero, psicologia, história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2012. 336 p. Disponível em: <http://sirehp.historiadapsicologia.com.br/bibliography/UAKNP4QW>. Acesso em: 11 nov. 2025.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução de Luiza Sellera. Prefácio de Lola Aronovich. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2019. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/07/criacao-patriarcado.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

MAGALHÃES, Alana Darc. **O papel da mulher e a contribuição da psicologia em suas conquistas na sociedade**. 2022. 32 f. Monografia (Bacharelado em Psicologia) – Centro Universitário Atenas, Paracatu, 2022. Disponível em: https://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/spic/monography/1/11/O_PAPEL_DA_MULHER_E_A CONTRIBUICAO_DA_PSICOLOGIA_EM_SUAS_CONQUISTAS_NA_SOCIEDADE_2022.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

MIGUEL, Joelson Rodrigues; BRAGA, Heuthelma Ribeiro. Édipo e Castração: Aspectos atinentes a constituição do sujeito / Oedipus and Castration: Aspects related to the constitution of the subject. ID on line. **Revista de psicologia**, [S. l.], v. 15, n. 57, p. 532–561, 2021. DOI: 10.14295/idonline.v15i57.3239. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3239>. Acesso em: 11 nov. 2025.

MYARA, Julia. **Deusas, bruxas e feiticeiras: histórias de quando Deus era mulher** [livro eletrônico]. São Paulo: Planeta do Brasil, 2024. Disponível em: <https://dlivros.com/livro/deusas-bruxas-feiticeiras-julia-myara>. Acesso em: 11 nov. 2025.

NOGUEIRA, Conceição. **Feminismo e discurso do género na psicologia social**. Braga: Universidade do Minho, 2001. Disponível em: <https://repositorium.uminho.pt/server/api/core/bitstreams/4bc5657d-170b-47ba-aea4-16d09a470514/content>. Acesso em: 11 nov. 2025.

OLIVEIRA, Rosalira. Em nome da mãe: o arquétipo da deusa e sua manifestação nos dias atuais. **Revista Ártemis** (João Pessoa. Online), João Pessoa, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/2200>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ONU MULHERES. **Guerras contra as mulheres se intensificam e conflitos globais atingem níveis recordes**. 20 out. 2025. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/guerras-contra-mulheres-se-intensificam-e-conflitos-globais-atingem-niveis-recordes> Acesso em: 19 nov. 2025.

PERROT, Michelle. A história das mulheres: problemas e métodos. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Disponível em [https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1995\(4\)/Perrot.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1995(4)/Perrot.pdf). Acesso em: 14 nov. 2025.

PORTUGAL, Francisco Teixeira; FACCHINETTI, Cristiana; CASTRO, Alexandre de Carvalho (orgs.). **História social da psicologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2018. E-book. Disponível em: <https://dokumen.pub/download/historia-social-da-psicologia-9788581280622.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015. 160 p. Disponível em: https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2021/10/genero_web.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro e Tomaz Tadeu da Silva. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/257862>. Acesso em: 11 nov. 2025.

SILVA, Laercio Souza da; ROCHA, Francisco das Chagas; BALUZ, Rodrigo Augusto Rocha Souza. A formação das bolhas informacionais na comunicação digital: uma revisão bibliográfica sobre as métricas algorítmicas dentro das redes sociais Facebook, Twitter e TikTok. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica em Computação**, v. 23, n. 1, p. 1-20, 2025. DOI: 10.5753/reic.2025.5402.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história: uma introdução teórico-metodológica.** Edição revisada e atualizada. Dourados, MS: Editora UFGD, 2012. 144 p. ISBN 978-85-8147-030-6. Disponível em:
<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1046/1/as-mulheres-e-a-historia-uma-introducao-teorico-metodologica-losandro-antonio-tedeschi.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

TEIXEIRA, Felipe Charbel; RODRIGUES, Henrique Estrada; CALDAS, Pedro Spinola Pereira; TURIN, Rodrigo. **Metodologia da pesquisa histórica.** Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2014. 410 p. Disponível em:
<https://canal.cecierj.edu.br/012016/d52c9e6523788d91b65aac212a122404.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação.** Curitiba, Appris, 2018.